



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XI - Nº 188 - 1ª QUINZENA DE MARÇO DE 2000 - R\$ 1,00

Nada de ficar pedindo 160 ou 180 reais.

Pelo salário mínimo real de 1900 reais!

Nada de tirar o ponto 7 da Constituição.

Defesa de todos os direitos trabalhistas!

Assembléias em todos os sindicatos.

Aprovar um plano de reivindicações.

Construir comitês de base.

Organizar a greve para exigir do

governo e capitalistas o atendimento

das reivindicações dos explorados.

México: Pela imediata libertação dos estudantes presos. Viva a greve de 9 meses na UNAM!

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Salário mínimo de 180 ou 160 reais é fome

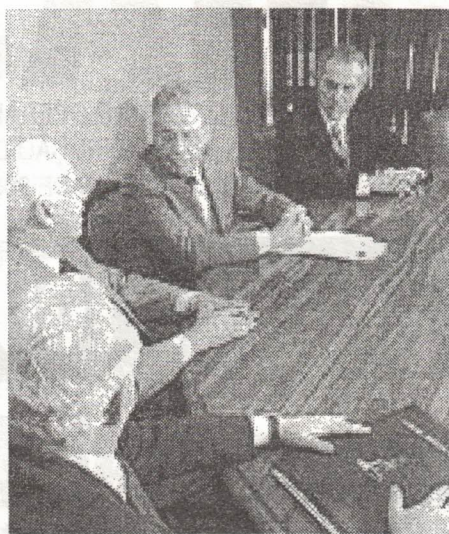
Discute-se no governo qual deve ser o reajuste do salário mínimo em maio. O PFL propôs 100 dólares, equivalente a 180,00 reais. O PT apoiou o PFL. O Presidente da República e seu partido PSDB disseram que esse reajuste é impossível, porque elevaria a dívida (déficit) da Previdência. Está havendo uma negociação para que o salário mínimo chegue em torno de 160,00 reais. Valor esse considerado viável pelo governo.

A disputa sobre o aumento do salário mínimo a ser divulgado em 1º de maio, dia do trabalhador, não passa de politicagem dos partidos burgueses. Todos eles tripudiam sobre a miséria da maioria explorada, que produz a riqueza do país.

Tanto o mínimo de R\$ 180,00 quanto o de R\$ 160,00 significa manter a fome para milhões. O governo, os deputados, juízes e todos os exploradores vivem na abundância das riquezas que eles nunca produziram.

Os burgueses parasitas, que têm as indústrias, os bancos, as terras e o comércio, sabem que existe a fome porque são eles que a criam para milhões de seres, pagando-lhes um salário que não dá sequer para comer e explorando-lhes a força de trabalho até a última gota de suor. As estatísticas, feitas por eles mesmos, mostram que 14,4 milhões recebem menos que um salário mínimo; 14,6 milhões ganham de 1 a 2 salários mínimos; 8,5 milhões entre 2 a 3 salários mínimos. Considerados os 9,9 milhões que recebem de 3 até 5 salários mínimos, somados aos milhões anteriores, a estatística indica que 37 milhões vivem com menos de 5 salários mínimos por mês. Ou seja, formam a maioria que enfrenta a miséria e a pobreza.

Entra governo e sai governo, todos reconhecem o gigantismo da miséria das massas, mas dizem que não é possível solucionar "em curto prazo" o problema da fome. Todos pregam que com sacrifício os trabalhadores ajudarão a economia crescer e, assim, um dia serão recompensados com uma melhor distri-



FHC, ACM e Michel Temer trama o supersalário dos juízes, enquanto o mínimo fica na espera.

buição das riquezas. Na situação de crise, convocam os assalariados a admitir rebaixamento dos salários, perda de direitos trabalhistas e destruição dos serviços públicos (saúde, educação etc). Também prometem que se trata de uma dificuldade passageira e que o sacrifício da maioria explorada se converterá no futuro em crescimento econômico sustentado e que com isso suas vidas voltarão a melhorar. Mas a verdade é que os ricos se tornam mais ricos e os pobres mais pobres.

As estatísticas comprovam esse fenômeno próprio do sistema capitalista de exploração do trabalho. Não pode haver capitalismo sem que a burguesia concentre mais propriedade e mais riqueza, e que os assalariados e camponeses pobres não acumulem mais pobreza, mais doenças e mais sofrimentos. Trata-se de uma lei do funcionamento do sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da força de trabalho. Do "couro sai a correia", diz o ditado popular. É o que se passa com a força de trabalho (os trabalhadores) e o capital (capitalistas).

Outros dados estatísticos comprovam que houve aumento de produtividade, cresceu a riqueza e uma pequena camada privilegiada consome em exc-

so, enquanto o salário mínimo e os salários em geral perderam e perdem valor. Um exemplo: o salário mínimo chegou a valer o equivalente hoje a 820 reais, cerca de seis vezes mais que o atual.

O governo, parlamentares e juízes querem fixar um teto salarial de 12.720,00 reais, como se vê de quase 100 salários mínimos. Isso sem considerar outros benefícios recebidos constantemente por fora dos salários. É essa casta, que representa os interesses da burguesia no Estado, que discute se o salário mínimo deve ser de 160,00 ou 180,00. É essa mesma casta que tem feito as reformas antinacionais e antipopulares, cujos resultados têm sido a entrega das estatais ao capital imperialista, destruição da Previdência, eliminação de direitos dos camponeses e funcionários públicos. E que prepara um golpe mais violento ainda, extinguindo o ponto 7 da Constituição que assegura o 13º salário, férias, licença maternidade etc.

Os burocratas sindicais fazem coro a essa discussão e ficam rodopiando em torno do argumento de que é melhor R\$ 180,00 do que R\$ 160,00. São os vendidos, que não guardam nenhuma identidade com a situação de fome e miséria da maioria. Nem mesmo o salário mínimo do DIEESE, que chega próximo a 900,00 reais, é defendido pela direção sindical burocrática. Mostram-se incapazes de organizar a resistência da classe operária aos constantes ataques do governo e dos patrões. Ora capitulam abertamente, ora fazem apenas demagogia verbal oposicionista. Estão curvados diante das manobras do PFL e do governo em torno do valor do mínimo. E vão se submeter ao projeto do Ministro do Trabalho de eliminar o ponto 7 da Constituição. É graças à política colaboracionista dessas direções que o governo e os capitalistas têm as mãos livres para implantar as reformas antioperárias.

Quanto uma família de 4 pessoas necessita para sobreviver nas condições atuais? Não menos de 1900,00. Esse deve ser o valor a ser defendido pelo conjunto

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

dos trabalhadores. Que nenhuma família de 4 pessoas ganhe menos de 1900,00 reais. O governo, politiquieiros e a burocracia sindical dirão que a economia não suporta. O mesmo falarão em relação ao salário mínimo do DIEESE e a qualquer reajuste que exceda a proposta de 180 reais do PFL. Respondemos que se o capitalismo não pode manter a sobrevivência de seus escravos, então que morra o capitalismo, mas que vivam os assalariados.

Os trabalhadores não podem adotar o ponto de vista dos exploradores e de seus auxiliares no movimento operário. O que está em questão é a necessidade de erradicação da fome e miséria de milhões. Essa tarefa contrapõe-se à exploração do trabalho, a acumulação de capital e ao paraíso em que vive a minoria burguesa. Nossa luta deve ser radical contra a fome. E não é possível levá-la adiante caso não coloquemos a necessidade de destruir o poder da burguesia. O que quer dizer que as reivindicações

de defesa verdadeira da vida dos explorados fazem parte do programa da revolução social, da revolução proletária.

O argumento reformista de erradicar a pobreza com "renda mínima", aumento do salário mínimo a conta-gota e criação de fundo contra a pobreza objetiva, de fato, obscurecer as raízes da miséria, que se encontram na exploração do trabalho e acumulação de capital. No capitalismo, não será possível eliminar pobreza e esta ainda continuará a crescer com o aumento da exploração da minoria sobre a maioria. Compreendendo isso é que a classe operária e demais trabalhadores devem se aferrar nas reivindicações e nos métodos de luta que levam a pôr fim à fome e miséria.

O Partido Operário Revolucionário (POR) chama os trabalhadores a se contraporem ao salário mínimo do PFL, PT, PSDB e da burocracia sindical. A lutar contra todos esses partidos que detêm o poder do Estado e que o utilizam para manter a exploração e a miséria. A defe-

sa da vida dos explorados implica em lutar abertamente contra esse poder político e econômico dos capitalistas.

Denunciamos as manobras que esses partidos e dirigentes sindicais vendidos fazem com o reajuste do salário mínimo, variando-o em quirelas, quando a fome é de proporção gigantesca.

Defendemos junto aos trabalhadores a organização de um movimento nacional pelo salário mínimo real de 1900,00 reais, recuperação de todas as perdas, escala móvel dos salários, abertura de emprego a todos através da implantação da escala móvel das horas de trabalho, terra aos camponeses.

Que as bases operárias se revoltam contra a burocracia sindical traidora, exigindo convocação de assembléias e formação de comitês de luta por todo o país. Que até o dia 1º de maio se faça a defesa dessa plataforma de luta e que se prepare a partir das assembléias e comitês a greve geral para exigir do governo e da burguesia o seu cumprimento.

Desemprego

É preciso uma decisão férrea contra o desemprego

A CUT e Força Sindical anunciaram que neste mês de março lançarão uma campanha pela redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas. Segundo suas direções, a bandeira de redução da jornada virá acompanhada da exigência de não redução dos salários.

A campanha objetiva criar 1,7 milhão de empregos. Esse número resulta de um cálculo do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). No emprego formal (carteira assinada), existem 24 milhões de trabalhadores. Destes, 17 milhões têm jornada acima de 40 horas. Com a redução, seriam abertos 10% de postos, equivalendo 1,7 milhão. A maioria desses empregos viria dos setores serviço e comércio, onde a jornada ultrapassa as 40 horas. O que significa que o emprego industrial será pouco alterado.

Um dos diretores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Nildo Masini, questionou a Centrais. "Os cálculos de criação de vagas feitos pelas entidades é muito simplista. A redução do jeito que elas

querem só vai trazer aumentos de custos. E isso pode significar demissões, já que as empresas vão ter de cortar despesas para manter competitividade". Mas outros capitalistas disseram ser possível, desde que se reduza também os salários.

A resposta de Masini mostra a real tendência do capitalismo de demitir, com a minguada redução da jornada (10%) ou sem ela. Ou ainda o jogo que se pode fazer para se utilizar a "redução" para cortar salários.

Os burocratas sindicais que querem 1,7 milhão de empregos são os mesmos que têm aceitado as demissões em massa, colaborado com a chamada "demissão voluntária" e com mecanismos de "flexibilização do trabalho". Experiência essa que deve colocar os trabalhadores de sobreaviso contra novas manobras que desemboquem no argumento de que "é melhor redução da jornada com redução dos salários do que ter milhões de desempregados".

Foi justamente esse argumento que os burocratas tanto da CUT quanto da Força Sindical utilizaram para convencer os operários a aceitarem perdas de

direitos sociais e redução salarial. Quando Masini diz que as Centrais estão sendo simplistas nos seus cálculos quer demonstrar que os capitalistas não podem ceder migalhas e ainda têm as mãos livres para demitir quando quiserem.

Fazemos essa colocação porque a burocracia sindical não é séria em nada, nem mesmo para defender uma solução paliativa de abertura de 1,7 milhão de empregos num mar de cerca de 20 milhões de desempregados e subempregados. Somente em São Paulo, há 1,7 milhão de desempregados.

A luta contra o desemprego é tarefa número um. O capitalismo vem jogando na mais absoluta miséria milhões de seres, destruindo postos de trabalhos já existentes. Contrapor-se a esse fenômeno econômico significa enfrentar a classe capitalista e seus governos com radicais bandeiras de defesa da vida das massas e com radical luta de classe. O jogo burocrático-reformista de conseguir alguns remendos acaba amortecendo o problema e auxiliando a burguesia a continuar esmagando milhões.

Por que lutar pela escala móvel das horas de trabalho?

A crise social devido ao desemprego crescente é gigantesca. Não se trata de uma simples gripe, mas de um câncer disseminado no organismo. Os 1,7 milhão de empregos calculados pelo DIEESE representam o que se destruiu nos últimos anos. A eliminação da fonte de existência para milhões não é um acontecimento limitado ao Brasil. O desemprego cresce assustadoramente no mundo inteiro. O capitalismo mundial não tem como criar empregos e ainda destrói incessantemente parte dos já existentes.

É claro que isso é um problema para a burguesia que teme a revolta dos explorados e que sabe das consequências econômicas advindas da marginalização mundial de mais de 800 milhões de pessoas do consumo devido ao desemprego, sem considerar os baixos salários. O exército de desempregados ganhou tal proporção que representa destruição maciça de forças produtivas. E expõe a completa falência social do regime de exploração do trabalho e acumulação de capital.

Os governos social-democratas da Europa apresentam a "saída" para tal contradição com projetos de pequena redução da jornada acompanhada da redução salarial. Essa "solução", na verdade, protege apenas os interesses dos capitalistas que estão em plena guerra comercial. A burguesia européia necessita reduzir salários para manter competitividade.

A burocracia sindical, no Brasil, procura copiar a orientação da social-democracia européia, a quem segue

os passos e presta serviço. Não é por acaso que tem sido complacente com o capital imperialista e agido em colaboração com a burguesia nacional. Por essa via, não se pode organizar o movimento contra o desemprego e a fome. A classe operária tem de rechaçar medidas paliativas e a política de colaboração com o capital. O ponto de partida está em defender emprego a todos e denunciar as propostas voltadas apenas a uma minoria.

A bandeira que corresponde é a escala móvel das horas de trabalho, que permite dividir as horas nacionais trabalhadas entre todos empregados e desempregados. Essa divisão dirá qual será a jornada de trabalho adequada, de forma que não haja nenhum desempregado. E nenhuma redução salarial poderá ser feita. A luta radical contra o desemprego e a fome, como se vê, se choca frontalmente com os interesses dos capitalistas e com o funcionamento da economia baseada na exploração da maioria. Portanto, é parte da estratégia de destruição do sistema burguês de produção.

Com que método e meios enfrentar o desemprego e a ditadura capitalista.

A CUT e Força Sindical vão coletar assinaturas (estimam 1 milhão) para entregar ao governo e ao Congresso. Por aí, vemos que as Centrais sequer pretendem conquistar as 40 horas. Qualquer movimento sério começaria por convocar assembleias nos sindicatos, locais de trabalho, bairros e escolas. Convocariam um congresso de delegados de base para aprovar as propostas vindas das assembleias e assegurar a unidade das bandeiras

ras e da ação. Trabalhariam por formar os comitês em todo país, para assegurar a frente única de todos sindicatos e centrais. Assim, estariam organizando um movimento de massa contra o desemprego e a fome.

A burocracia não quer ver os trabalhadores lutando nas ruas, bairros e locais de trabalho. Não pretende que haja enfrentamento dos explorados com os exploradores e seu Estado. O milhão de assinaturas só servirá para os burocratas fazerem politicagem junto ao governo, partidos burgueses e parlamentares. Com papel e politicagem não é possível dizer ao governo e aos capitalistas: basta de desemprego e flagelo da família trabalhadora.

Os exploradores exercem uma ditadura de classe sobre a maioria. Para isso, têm seus partidos, a polícia, exército e uma legião de burocratas sindicais corrompidos. Como a burguesia pode assegurar um poder baseado na barbárie do desemprego e milhões recebendo até 3 salários mínimos? Impedindo que o proletariado e demais oprimidos se unam em movimentos de massa e que levantem um programa de fim do capitalismo.

O POR luta para derrubar a ditadura do capital sobre o trabalho. Sabe que o capitalismo está em desintegração e que não serão possíveis reformas ou atitude benevolente da burguesia em atender as reivindicações mais elementares. A tarefa principal da situação está em trabalhar para que a classe operária veja e compreenda que de nada adianta rebaixar as suas bandeiras, como fazem os burocratas sindicais, e que não deve aceitar a submissão de sua força social (coletiva) ao parlamento e à politicagem pró-capitalista.

Liberdade imediata a Mumia Abu-Jamal

A justiça burguesa e o governo norte-americano mantêm, há 17 anos, na cela da morte, o jornalista negro norte-americano Mumia Abu-Jamal, acusado de crime que não cometeu. Trata-se de um prisioneiro político e de clara discriminação racial.

No mundo inteiro desenvolve-se a campanha pela libertação de Abu-Jamal. O Partido Operário Revolucionário se solidariza e atua no mesmo sentido. Convoca os trabalhadores e a juventude a denunciar a justiça burguesa e o governo Clinton.

Policiais assassinos são absolvidos nos Estados Unidos

O jovem imigrante africano Amadou Diallo, recebeu 19 ti-

ros de um comando policial de Nova York. O julgamento dos quatro policiais não ocorreu em Nova York, mas sim em Albany. Isso para evitar manifestações populares em favor da punição dos assassinos.

Amadou Diallo foi morto como suspeito de crime que nunca cometeu. Os policiais da unidade de elite Street Crime Unit (Unidade de Crimes de Rua) fuzilaram o jovem simplesmente porque acharam que este havia sacado uma arma, segundo a versão apresentada por eles mesmos. Na verdade, é mais um episódio da opressão contra os negros, alvo constante da repressão.

A Corte de Albany, ao inocentar os assassinos não fez senão confessar o racismo desenvolvido pela burguesia norte-americana e uma parcela da classe média branca.

Nada de tirar o ponto 7 da Constituição. Em defesa dos direitos trabalhistas

O governo tem realizado uma ofensiva para modificar o Artigo 7º do Capítulo II da Constituição. É aquele que garante na legislação grande parte dos direitos trabalhistas. A Constituição é feita pela burguesia para formalizar a sua ditadura de classe sobre a maioria explorada. Por isso, os revolucionários não a defendem, ao contrário, a denunciaremos e combatemos como elemento da superestrutura estatal que mantém o sistema de exploração do trabalho, seja pela via repressiva, seja pela da democracia burguesa, que nada mais é que a ditadura dos exploradores sobre os explorados. Mas não podemos aceitar a retirada de direitos dos trabalhadores, pois significaria aceitar o corte de elementos que integram o salário, como 13º, férias, horas-extras etc.

A intenção do governo ao propor a retirada do ponto 7 é facilitar aos patrões a negociação com os dirigentes pelegos dos sindicatos dos direitos trabalhistas, para que, por meio de acordos, se reduzam as despesas das empresas com salários e direitos trabalhistas e se favoreça o lucro dos patrões, que é apresentada pelos burocratas sindicais como o meio de aumentar as contratações e defender o emprego. Na prática, o que vemos é que os patrões se beneficiam, enquanto o desemprego continua a aumentar. Ou seja, a superexploração é que cresce.

Há poucos dias, o Ministro do Traba-

lho, Francisco Dornelles, esteve nos Estados Unidos e discutiu com o governo americano uma forma de aplicar o corte de direitos sem ter de esperar pela reforma na Constituição. É claro que isso dependerá da colaboração dos dirigentes sindicais, que têm de ajudar a negociar a perda de direitos dos trabalhadores. Está um papel de verdadeira traição: além de não defender as reivindicações dos trabalhadores, essas direções sindicais ainda ajudam os patrões a atacar os poucos direitos existentes.

O que há no ponto 7

O Artigo 7 do Capítulo II da Constituição estabelece direitos como: aviso prévio, seguro-desemprego, fundo de garantia, salário mínimo, piso salarial, impossibilidade de redução do salário, 13º salário, pagamento maior para trabalho noturno e para horas extras, proibição da retenção do salário pelo empregador, participação nos lucros, salário-família, 44 horas semanais de trabalho, turno de seis horas para trabalho ininterrupto, repouso salarial remunerado, férias e adicional de férias, licença gestante, licença paternidade, adicional de insalubridade, aposentadoria, previdência e assistência social, seguro contra acidentes de trabalho, salário igual para trabalho igual, proibição de trabalho noturno para menores.

Está aí porque o governo quer retirar

esse ponto: para poder contratar temporariamente, sem ter de pagar nenhum direito, poder demitir na hora em que o mercado esfriar, abandonar as gestantes e acidentados etc., tudo para aumentar seus lucros, chamados de "competitividade", pela superexploração do trabalho, chamada de "produtividade".

O salário no capitalismo é dado pelo valor da força de trabalho. Compõem o salário, além do que é recebido em dinheiro, todos os outros direitos trabalhistas. Atacar os direitos trabalhistas é atacar o salário e criar condições para reduzir a parte recebida em dinheiro. Por isso é necessário combater duramente essa proposta governamental e criticar duramente os dirigentes sindicais que se dispõem a aceitá-la.

Organizar a luta geral em defesa dos direitos

O que está colocado é a organização da luta nacional de massa contra o ataque do governo. Convocar assembléias em todos os sindicatos. Aprovar um plano de reivindicações e ações comuns e unitárias, centralizado nacionalmente. Construir comitês de base que impulsionem a mobilização, ainda que contra a vontade da burocracia sindical, de direita ou reformista. Avançar para a greve geral que defenda o salário e emprego e que combata o plano antinacional e antipopular de FHC/FMI.

Perueiros estão em luta em todo o país

Os perueiros de Belo Horizonte realizaram um protesto fechando as ruas próximas da prefeitura de Belo Horizonte. Sua reivindicação é a mesma de todos os outros: liberdade de trabalho. Poucos dias antes, populares se solidarizaram aos perueiros negando-se a sair de peruas apreendidas pelos fiscais. Afirmavam o direito ao trabalho dos perueiros.

Nas últimas semanas, tem havido uma ofensiva em todo o país contra os perueiros. As prefeituras e os governos estaduais se uniram para reprimir o trabalho alternativo, para defender os lucros das empresas de ônibus, que vinham caindo mês a mês, pela concorrência dos perueiros. Os canais prefeitos e governadores estão cumprindo seu papel de guardiões dos interesses dos capitalistas.

O que é grave é o fato de dirigentes sindicais dos condutores estarem de mãos dadas com os patrões na luta contra os perueiros. É necessário que a base perceba que as demissões na classe não são culpa dos perueiros, e sim da sanha de lucro dos capitalistas, que têm reduzido o número de ônibus, aumentado as passagens, demitido cobradores e implantado as catracas eletrônicas, e com isso mantido os ônibus lotados e mais perigosos, tudo para ter lucros máximos.

O que faz com que cresça o número de perueiros é justamente o péssimo serviço das empresas de ônibus, o alto preço das passagens e o desemprego. Os perueiros deveriam ser encarados como aliados dos condutores, na luta contra os capitalistas e os governos, pela estatização do transporte

coletivo, liberalização das peruas e pelo fim do desemprego.

Os salários e empregos dos condutores serão defendidos é com luta contra os patrões que os exploram. É totalmente falsa a idéia defendida pelos burocratas sindicais de que ajudando as empresas se ajuda os condutores. O contrário acontece: se os patrões fizerem o que pretendem, aumentarão as demissões em grande escala, com a redução do número de ônibus e catracas eletrônicas, e aumentará a exploração dos motoristas, que além de dirigir terão de vender passes (como já ocorre em algumas linhas). Somente a luta contra a exploração patronal, em unidade com os outros oprimidos, é que pode levar à defesa consequente das reivindicações.

A greve dos desempregados nos serviços públicos do estado de Rondônia

O governador José de Abreu Bianco (PFL), seguindo as propostas ditadas por FHC/FMI para o Brasil, desemprega mais de nove mil servidores públicos, dentre eles estatutários, idosos em idade de se aposentar, pessoas enfermas em consequência de acidentes de trabalho etc., deixando estas famílias em estado desesperador. Se consideramos que estas famílias sustentam em tomo de dois a três filhos, cerca de 30 mil pessoas perdem o direito a satisfação de suas necessidades elementares imediatas - a alimentação, saúde e educação etc., além de outros milhares que perdem também o direito de serem atendidos por estes desempregados. Só da educação foram mais de cinco mil servidores demitidos e da saúde, mais de dois mil. Nos hospitais e prontos socorros, cuja assistência já era precária, a situação fica mais dramática ainda, com inúmeros óbitos constatados em consequência desta extrema perversidade, própria dos governos capitalistas, refletindo-se em desemprego em massa, sobretudo nos países semicolônias como o Brasil. Só para se ter mais um exemplo: no Estado de São Paulo - centro econômico do país, o governo Covas, em apenas um ano (1999), fechou oito mil salas de aula e desempregou mais de 40 mil professores.

Os governos das semicolônias, ao implementarem a política neoliberal - política ditada pelos países imperialistas para subjugar saqueando e explorando os países de economia capitalista atrasada, estão estabelecendo a barbárie social, que requer a unificação de todos os explorados em torno de um programa revolucionário, para conquistar suas necessidades vitais imediatas e destruir de uma vez por todas o sistema de exploração de classe (o capitalismo), que gera todos os males experimentados pelas massas.

Os problemas vivenciados pela população rondoniense é parte desta barbárie que está levando muitos pais de famílias ao desespero e à loucura, por não compreenderem que a saída está na unificação de todos os explorados e nos métodos da ação direta das massas (ocupação, bloqueios, saques etc.), até a desapropriação definitiva dos meios de produção e riquezas que se encontram concentradas nas mãos da burguesia e seja colocada sob o controle daqueles que a produzem, os trabalhadores. Destes servidores, 4 suicidaram-se e uma professora teve morte instantânea quando soube que estava desempregada. Outros se encontram depressivos sem se alimentar. O senhor Anésio Gomes dos Santos, de 69 anos, dentre tantos outros casos, foi também demitido, mesmo apresen-

tando estado de saúde profundamente fragilizada, que em virtude de pleitear o direito ao salário integral que já é bastante defasado, aguardava mais dois anos de trabalho para se aposentar.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (SINTERO) realizou, no dia 30 de janeiro, a primeira assembléia acerca da questão e lotou a sede com aproximadamente 2 mil servidores. Posteriormente, realizou-se uma importante manifestação pela avenida principal do comércio de Porto Velho. No dia seguinte, a população desempregada ocupa a esplanada das secretarias, porém, a força repressiva do Estado já aguardava os servidores para defender os interesses do Estado capitalista. Durante as ocupações relâmpagos nas várias secretarias, a tropa de choque foi acionada e apontou armas para os servidores, espancando brutalmente duas manifestantes, entre as quais a servidora Ana Maria Seabra da Costa, de 52 anos, que tentava resistir. O comandante da tropa de choque insultou ainda esta servidora de 52 anos que reivindicava seu emprego de volta, que fosse sobreviver vendendo seu corpo e ordenou o espancamento, o que a levou a ter uma costela e um braço quebrado, quando só estava entre seus companheiros desempregados reivindicando o direito mais elementar - o emprego para sobreviver. Neste momento, quando a tropa de choque começa a tomar tais atitudes, a direção do SINTERO convida imediatamente os servidores para se retirarem e não para resistir à violência ali materializada na atitude daqueles policiais, chamando os manifestantes para ocuparem a rua que é pública. Perguntamos aos companheiros: e as secretarias, são privadas? E onde fica a resistência a todos esses problemas que se traduzem em defesa dos interesses da propriedade privada? E qual é o papel do sindicato diante da luta de classes evidenciada nestas demissões e nas condições de miséria das maiorias exploradas?

Os desempregados instintivamente tendem a radicalizar. No entanto, as direções das entidades: o SINDSAÚDE, SINTERO e a CUT que coordenam o movimento junto a outras entidades filiadas, decidem apenas pelo acampamento desde o dia 1º de fevereiro, em frente ao Palácio do Governo, e manifestações pelas avenidas, em frente ao "Tribunal de Justiça" e Assembléia Legislativa etc., jogando todo peso da luta na legalidade e no parlamento, aceitando inclusive intervenções de parlamentares de todas as matizes, como os deputados estaduais Éverton Leoni (PSDB), Dedé de Melo (PDT), Mauro Nas-

sif (PSB), que junto ao Deputado Daniel Pereira e Edézio Martelli (PT), têm lugar obrigatório nas intervenções em todas as manifestações que se fazem presentes, reforçando-se a linha de luta assumida pelo sindicato - o distracionismo reformista/eleitoreiro/legalista, ficando na contra-mão da necessidade histórica de construção do partido revolucionário, capaz de potenciar a capacidade revolucionária das massas e construir a revolução social, que destruirá definitivamente a sociedade capitalista responsável por todos os problemas vivenciados pelas massas.

No dia 07/02, quando os servidores se deslocavam do acampamento para o tribunal de justiça, buscando obter resposta sobre o processo que trata acerca das demissões, novamente a tropa de choque reprime, espancando vários manifestantes, dentre eles um jovem menor que acompanha a mãe nas manifestações, foi também algemado e detido e tentaram enforcar integrantes da diretoria do SINTERO, o professor José Wildes (presidente) e o professor Manuel. É para isso que serve a justiça e a segurança do estado capitalista - para defender os interesses da burguesia. No entanto, os companheiros reforçam as ilusões legalistas/eleitoreiras e burocráticas, retardando a formação da consciência revolucionária das massas e tirando proveito das situações de miséria dos trabalhadores, utilizando os sindicatos como trampolim eleitoral, em que os políticos nas assembléias das categorias e atos públicos gozam de maior direito de intervenção que a própria base, correntes políticas minoritárias e militantes do Partido Operário Revolucionário (POR). Estes deputados compartilham de comissões de negociações com o executivo e judiciário (o patronato) - fortalecendo a conciliação de classes.

As direções reformistas destas entidades, por não compreenderem o significado da independência de classe e habituados que estão a práticas conciliadoras, passam a apelar para a ajuda financeira de pessoas pertencentes a quaisquer correntes de pensamento político e até religioso. Nos atos públicos, fazem parte da programação: celebrações ecumênicas, missas e preces e campanhas de apaziguamento, além de buscarem ajuda financeira da Igreja Universal do Reino de Deus etc., ao mesmo tempo em que recentemente, como parte da campanha eleitoral para se reelegerem tal como fazem os políticos de direita a atual diretoria do SINTERO (PT - Articulação), constrói uma grande sede social em Porto Velho, com piscinas, alojamentos etc., com a qual estima-se um gasto em tor-

no de R\$ 400.000,00 e hoje diz que está com caixa zerado precisando de ajuda para a manutenção dos grevistas acampados. Pois que os companheiros vendam esta sede para converter o dinheiro em fundo de greve, garantindo a independência de classe da luta dos explorados.

No dia 08/02, os servidores realizaram uma manifestação em frente à casa do governador Bianco e no dia seguinte ocuparam o gabinete da secretária de educação do Estado - Professora Sandra Marques

Veloso, afirmando que só sairiam de lá depois que falassem com o governador e obtivessem a reconquista do emprego. Mais uma vez os membros das direções dos sindicatos capitulam. Dois dias antes, haviam ocupado as escadarias do palácio do governo e o acesso à entrada estava totalmente livre, eles pedem que os servidores desçam. Desta última vez, após aproximadamente 12 horas de ocupação, a diretoria chama os manifestantes para desocupar a Secretaria de Educação do Estado de Ron-

dônia (SEDUC). O POR se manifestou em defesa da ocupação, porém a manipulação dos coordenadores do movimento, seguindo a orientação da intervenção do deputado Daniel Pereira (PT), levou a categoria a mais uma capitulação retornando para o acampamento em frente ao palácio, que já dura mais de duas semanas, sob sol e chuva.

READMISSÃO IMEDIATA DE
TODOS OS DEMITIDOS PELO
GOVERNO BIANCO

Educação-SP

Governo fechou 69 salas de aula na região oeste de São Paulo.

Covas, dando prosseguimento à reforma da educação do Banco Mundial, fechou numa só penada 69 salas de aulas, na região oeste da capital, nesse início de ano. O fechamento atingiu escolas de ensino fundamental e médio. Numa das grandes escolas da região, Alexandre Humboldt, desativou 14 salas de ensino médio, ou seja, todo período da tarde. Outra, também de ensino médio, Manuel Ciridião Buarque, foram 6 salas no período noturno. No centro da Lapa, a escola Romeu de Moraes perdeu 3 salas do noturno. Em quase todas as escolas de 1 a 4 série houve redução do número de salas, principalmente da série inicial. No total, a região perdeu 69 salas. Esse número pode ser maior, pois alguns diretores se recusaram informar sobre o fechamento.

O governo diz que o fechamento se deu por falta de alunos. Mas a verdade é outra.

Fechou salas porque uma parte dos alunos de 1 série já foi matriculada no município. Trata-se de um primeiro passo para a implantação da municipalização na capital. Eliminou salas e turnos porque superlotou as classes. Um mecanismo do governo para cortar gastos com a educação. O governo fez um milagre: conseguiu aumentar o número de matrículas no ensino médio, fechando salas e turnos em todo o Estado. O que acontece na região oeste é apenas uma pequena amostra do desmanche da escola pública no início desse ano.

Os resultados do fechamento de salas são duros para os professores e alunos. Há milhares de desempregados e alunos amontoados nas classes e fora das escolas, nas chamadas listas de espera. O que ocorre é que o governo prepara uma nova "reorganização" da rede escolar para implantar a reforma do ensino médio, nos

moldes ditados pelo Banco Mundial e BID. O Estado de São Paulo já apresentou ao MEC seu plano de implantação. Aguarda unicamente o dinheiro desses credores internacionais. O conteúdo central dessa reforma é privatizar parte desse nível de ensino. Consequentemente, mais demissões do professorado e liquidação de uma porção de classes.

É necessário resistir. Unidade dos trabalhadores em educação, pais e alunos para defender nas ruas a escola pública para todos e o fim da reforma privatista do ensino. A diretoria da Apeoesp nada faz. Acaba colaborando com o governo.

Exijamos a convocação de assembléias. Preparemos para enfrentar, num grande movimento grevista, a reforma governamental. Lutemos pela abertura imediata das salas e turnos fechados e emprego a todos os professores desempregados.

Professores em greve no Rio Grande do Sul

Governo do PT não atende as reivindicações dos Professores e funcionários de escola do Rio Grande do Sul

A assembléia, realizada no início de março, decidiu por rejeitar a miséria de reajuste salarial proposto pelo governo de Olívio Dutra. Logo que ganhou as eleições, Olívio Dutra conclamou os trabalhadores em educação a dar um tempo e, que, logo mais, elevaria os salários. Negociou com o Cpers (Sindicato) uma trégua. Em dezembro do ano passado, quando da realização do III Coned (Congresso Nacional de Educação), timidamente o Cpers levantou uma faixa reivindicando reajuste e apontando a greve, quando o governador discursava. Nessa ocasião, Olívio prometeu que faria

uma proposta de reajuste aos educadores.

Agora, no início do ano, ofereceu um "reajuste emergencial de 10%, em duas parcelas (6% e 4%). Das 42 regiões do Estado, 38 se posicionaram pela rejeição. A assembléia contou com mais de 15 mil, lotando o ginásio de esportes do Internacional de Porto Alegre. O resultado foi a aprovação da greve. Em seguida, marcharam para o Palácio do governo para entregar as reivindicações aprovadas.

Os salários estão extremamente arrochados. As perdas acumuladas são volumosas, atingiram 193%. O governo petista e sua Se-

cretária da Educação, que foi presidente do sindicato (Cpers) ameaçaram os grevistas com o desconto dos dias parados e a reposição dos 200 dias letivos. Ou seja, agiram como os partidos burgueses que dirigem o Estado.

A experiência em dar uma trégua ao governo petista, como se esse fosse diferente dos demais governos burgueses, comprovou um desastre para o movimento dos educadores. O governo manteve o arrocho e agora oferece migalhas. A vitória do movimento grevista depende da organização e do enfrentamento à política reformista do PT.

Professores estaduais - Região Leste Penha:

Pseudo oposição à direção do sindicato e a política inconsequente frente ao desemprego

É alto o número de professores que ficaram desempregados no começo do ano, e de alunos que ficaram fora da escola, na região da Penha, Leste 4. Para se ter uma idéia, foi feito um levantamento parcial pela subseção da Apeoesp e constatou-se que, de 68 escolas, 38 fecharam salas de aula, totalizando 142. Os casos mais gritantes são as escolas José Talariço e Padre Antão, com 9 salas fechadas cada uma. Enquanto as salas estão ociosas, as demais estão superlotadas, inviabilizando qualquer tipo de ensino, ainda que precário. A exemplo do Adelaide e do Frágoso, que estão com mais de 60 alunos por sala. Existem escolas que já estão rodiziando os números pares e ímpares da lista de chamada, para assistirem aulas em dias alternados. Há listas de espera por vagas em inúmeras escolas, e muitas já solicitaram à Delegacia Regional a reabertura de salas, inclusive como forma de reempregar inúmeros professores. Porém, os pedidos são negados pela Delegacia de Ensino, baseando-se no argumento da LDB, de número mínimo de alunos por sala: 35 no ensino fundamental e 45 no ensino médio.

Diante dessa monstruosidade, o que pensam os conselheiros ditos oposicionistas da região?

Lamentavelmente, na reunião de CR do dia 26, os ditos oposicionistas justificaram

o fechamento das salas com argumentos secundários, principalmente como sendo um processo natural de êxodo de sua região para outra em função da violência, da má administração de diretores de escola, da presença do tráfico de drogas etc. Chegaram até a duvidar da existência de listas de espera por vagas. Só não conseguiram relacionar o fechamento das salas e as demissões dos professores ao fundamental, que é a reforma privatista maldita de Covas, a municipalização que antecede a reforma do ensino médio. E a conclusão para a avaliação simplória, que não responsabiliza o governo, só pode ser a de aguardar a boa vontade da Delegacia para fazer uma reunião.

As demissões ocorridas nas atribuições de aulas também fazem parte desta avaliação simplória, ou seja, foram tratadas como um processo natural, como se não fossem parte da reforma educacional e que, portanto, "estavam de parabéns os conselheiros que compareceram para fiscalizar as supostas maracutaías de supervisores e diretores". Assim, novamente foram incapazes de denunciar o processo de atribuição como um rolo compressor que visava a demitir para enxugar a rede.

Na realidade, não poderiam fazê-lo, pois optaram por esse processo no final do ano passado, quando o governo e a

direção do sindicato, posando de democrática, propuseram que as subseções convocassem o magistério a "optar" pelo processo de atribuição de aulas e que estava garantido um processo justo etc. E esses conselheiros optaram, ou seja, caíram no jogo do governo e na manobra da burocracia da direção do sindicato. Mesmo sendo alertados, inclusive foram contra a exigência de convocação de uma assembléia para a construção do movimento grevista.

Como se vê, esses companheiros cada vez mais estão se afastando dos métodos próprios de luta dos trabalhadores. E, portanto, a luta oposicionista à direção do sindicato vai ocorrendo não essencialmente na política, mas sim em torno do aparelho, como por exemplo a liberação de cargos etc.

Esse não é o caminho para a construção de um verdadeiro movimento oposicionista, e sim para a formação de alas burocráticas.

É preciso retomar o eixo da luta no magistério, é preciso organizar a ação direta, atos, manifestações, assembléias, greves, como forma de combater de fato as demissões e as demais consequências da crise do capitalismo. É preciso apontar o caminho da destruição do capitalismo e não o apoio a este ou aquele setor, utilizando o sindicato para fins eleitorais e burocráticos.

Magistério Municipal - SP

Rejeitar a campanha eleitoreira do PCdoB

Exigir assembléia geral para preparar a greve e o movimento de resistência de todo o funcionalismo

Qual foi o resultado da reunião de RE do dia 28?

Na essência, aprovou-se uma campanha de denúncia do governo Pitta, baseada em abaixo-assinados, combinando com atos, manifestações, um dia de paralisação em março e uma caminhada em 06/05 (sábado).

Pelo informe escrito, apresentado

pela direção do SINPEEM (PCdoB) à reunião, apontando os problemas ocorridos com o magistério como consequência do "descaso" ou má administração governamental, só poderíamos esperar esse tipo de campanha frouxa, de pressão à Câmara, ao gabinete, que na realidade serve para iludir os professores de que é suficiente para bar-

rar os ataques do governo.

Uma direção sindical que trata as demissões como mero problema "legal", que os trabalhadores necessitam de cláusulas beneficiárias quando do rompimento do contrato; que tratou as demissões como fato inevitável em função da posse dos concursados e não denunciou o governo, que utilizou o

concurso como instrumento da municipalização e das demissões em São Paulo; uma direção que não rechaça as manobras da Secretaria Municipal da Educação de querer barganhar na comissão de negociação remendos ao “plano de carreira” e manobrar com negociações intermináveis para impedir a greve do magistério, a exemplo do que ocorreu com a Secretaria Estadual da Educação; uma direção que fala em “aumento já”, baseado na Lei Camata de FHC/PSDB, ou do Fundão, que têm impulsionado as demissões do funcionalismo no país, a exemplo de Rondônia. O que podemos esperar dessa direção que submete o julgamento do governo corrupto de Pitta a

outra ala corrupta da burguesia, encastelada no Ministério Público?

Na realidade, essa direção não acredita na força dos trabalhadores para resolver seus próprios problemas. Acredita sim nos organismos corrompidos dos opressores, da burguesia. Neste momento, alia-se aos setores burgueses que atacam Pitta e não mostra para os trabalhadores que outros setores também oprimem, demitem, assassinam trabalhadores, defendem salários de fome etc.

Assim, ilude os assalariados e utiliza os sindicatos como instrumento não de luta de classe, mas como instrumento de campanha eleitoral, na defesa de um se-

tor burguês contra o outro.

Devemos rechaçar esse tipo de campanha mesquinha e traidora, que favorece os opressores.

Devemos paralisar em março e exigir assembleia geral para a construção do movimento grevista e de resistência à municipalização e às demissões, em defesa dos salários e contra a reforma privatista implantada por Pitta, Covas, FHC e Banco Mundial.

Abaixo a farsa da campanha eleitoral! Organizar sim o movimento dos oprimidos contra todos os opressores. Aliança só com os oprimidos! Ação direta contra os opressores! Assembleia Geral e unidade de todo o funcionalismo!

Funcionários da Educação e as péssimas condições de trabalho

Há 5 anos o governo Covas procura destruir paulatinamente o setor administrativo da educação: a) eliminou os concursos públicos, para evitar novas contratações, b) eliminou os funcionários contratados pelo Baneser (empresaria pública que prestava serviços para o governo Fleury, cujos os funcionários não tinham vínculos com o Estado). Covas, com o pretexto da corrupção que rodeava o extinto governo Fleury, demitiu centenas de trabalhadores, na educação o trabalho feito por estes eram o de “segurança”, cobriam os inspetores de alunos que são em números reduzidos dentro da escola, c) nas secretarias da escola têm feito muita demagogia dizendo que já tem uma escola informatizada, mas o que vemos é um número pequeno de trabalhadores, sobrecarregados de trabalho, que muitas vezes têm de enfrentar a falta de equipamentos e até fazer o trabalho da escola nas diretorias de ensino ou no COGESP (que se situa no Centro de São Paulo, local distante de todas as escolas e dos locais de moradia de cada funcionário da educação), d) o déficit de funcionários na educação ultrapassa os 11.000 no Estado de São Paulo.

O governo Covas impõe as soluções com aquilo que a burguesia chama de contenção de gastos no setor público: atacou os concursos públicos com as contratações pela FDE (que, como o Baneser, está atolada em corrupção, basta

ver o caso das recheadas cestas-básicas que o alto escalão recebeu dos donos das livrarias em troca de favores), com as contratações pelas APM's e agora com as frentes de trabalho. Os salários são miseráveis, não há nenhum direito trabalhista e a qualquer momento o governo pode terminar o contrato. Em algumas cidades do Estado, existem merendeiras municipalizadas, ou seja, que trabalham na Escola Estadual e recebem salários pela prefeitura, isto no caso desta poder pagar.

Para a falta de inspetores de alunos, colocou-se policiamento dentro da escola, com o pretexto de evitar a violência. Violência esta gerada pela própria burguesia com a quebra dos postos de trabalho e os baixos salários. Para os funcionários da educação resta a terceirização do seu trabalho.

Há 5 anos, a diretoria do Sindicato AFUSE vem assistindo à política imposta pelo governo, e até agora não foi capaz de se contrapor ao governo. E por que não o fez? A razão é que a diretoria procura fazer uma oposição propositiva, (melhorar aquilo que é ruim), então tem como forma as pressões aos parlamentares corruptos para poder mudar os projetos que o governo manda às câmaras legislativas. Essa política elimina as decisões da classe, as assembleias são canceladas, (isto quando são convocadas), os falatórios nas negociações com o go-

verno são infundáveis em busca de uma promessa de melhora, produzindo ilusões de que podemos resolver nossos problemas sem luta. O resultado está aí, salários arrochados, péssimas condições de trabalho, e a terceirização de parte dos serviços na educação.

A nossa resistência parte pela defesa das reivindicações de efetivação de todos que trabalham dentro da escola, concurso público imediato, melhorias de condições de trabalho etc., para exigirmos estas reivindicações temos que nos organizar, para isso é importante a convocação das assembleias gerais para tomar as decisões de como encaminhar a luta pelas reivindicações e a luta contra o governo.

A experiência destes 5 anos nos mostrou que as pressões ao parlamento não responde às nossas necessidades e que a diretoria do sindicato não é capaz de romper com a política de conciliação de classes (colabora com o governo), por isso a necessidade da construção de uma política que impulse as reivindicações necessárias para manter nosso emprego e melhorar nossa condição de trabalho com independência de classe. A política que pode expressar as reivindicações imediatas é a de uma direção revolucionária, por isso a necessidade da construção desta direção baseada no programa de independência de classe e de ação direta.

Condutores-SP

Lutar Contra a Burocratização do Sindicato

A burocratização no interior da CUT já não deve nada à da Força Sindical, o gangsterismo tomou conta dos sindicatos. A democracia operária, a soberania das assembleias gerais, a organização de base, o controle da direção pela base, a independência frente ao Estado e aos partidos burgueses não servem mais nem para os discursos em dias de festas.

O Sindicato dos Condutores atualmente é dominado por três correntes principais: a Corrente Sindical Classista, ligada ao PCdoB e que na categoria é conhecida como Condutor Classista; o Resgate, ligado aos setores mais corrompidos da Articulação (PT), como o Sindicato dos Condutores do ABC; e a Alternativa Sindical Socialista, a pseudo esquerda do PT, conhecida na categoria como Novo Rumo.

Estas correntes, apesar de brigarem entre si pelo controle do aparato, fizeram um pacto para impossibilitar a formação de qualquer grupo na categoria

que não seja controlado por elas.

Exemplo disto pudemos ver nas eleições para as comissões de garagem do Sindicato dos Condutores de São Paulo, uma prévia para as eleições do Sindicato em outubro.

Em todas as garagens houve pressão para que não existissem chapas que não fossem ligadas a estas três correntes. Quando uma destas correntes quisesse concorrer onde já era espaço de outra, ela teria que abrir para esta uma das garagens que controla. Para facilitar as intimidações e ameaças, as inscrições de todas as garagens teriam de ser feitas no sindicato, onde os condutores passariam por um crivo dos manda-chuvas das correntes. Se estes não reconhecessem como "dos seus", já mandariam seguir e pressionar os trabalhadores a desistirem.

Este controle chega a intimidação com ameaças de morte, e o cerco aos condutores com bate-paus. Na garagem da Viação Cidade Tiradentes cor-

re a boca pequena que a morte do cobrador Daniel Balbino dos Santos (que foi fuzilado no dia 15 de fevereiro, quando saía do edifício onde morava seu companheiro de chapa, o motorista Zenóbio Francisco de Araujo, ambos iriam inscrever a chapa no Sindicato) foi uma retaliação por este procurar fazer os companheiros da chapa não desistirem da eleição.

Para a atual direção do sindicato, garantir o seu cargo e vantagens pessoais é a única palavra de ordem que respeitam. Afinal de contas, perder a possibilidade das caixinhas milionárias que os patrões dão pelos acordos fajutos, e as caixinhas das empresas de convênios de saúde ou de cestas básicas, só mesmo loucos, ou se fossem militantes classistas.

Temos de acabar com esta burocracia podre se quisermos recuperar o Sindicato para a mão dos trabalhadores. É necessário construir uma Oposição Revolucionária que se contraponha a este loteamento do Sindicato.

O VI Congresso do POR

O Jornal 'Massas' n.º 185 informa que o Sexto Congresso do POR/Brasil se realizou nos dias 8 e 9 de janeiro.

Discutiu e aprovou resoluções sobre os seguintes pontos: 1) Situação internacional, 2) Situação nacional, 3) Teses sobre a educação, 4) Informes de atividades.

Esta discussão e aprovação dos documentos se primou pela crítica e autocrítica de tudo o que foi realizado e elaborado por escrito.

As teses sobre a questão internacional caracterizam o capitalismo atual como um sistema econômico esgotado e em processo de desintegração. Este esgotamento é consequência das leis que regem o modo de produção capitalista: as relações de produção (grande propriedade burguesa) não permitem uma maior expansão das forças produtivas. Esta caracterização do momento em que se vive contribuem para o bom andamento do trabalho tanto no plano nacional como no internacional.

Foi motivo de análise a restauração capitalista na URSS. Sublinhou-se que ainda se justifica a revolução política como caminho para salvar a herança marxista-leninista-trotskista. Aqui da Bolívia adendamos que a restauração capitalista é a obra principal e imperdoável do estalinismo contra-revolucionário.

Também se debateu a revolução boliviana como um aspecto central da situação internacional, sobretudo pela presença do partido trotskista e a evolução política dos explorados.

Na questão brasileira (nacional) a atenção se concentrou na necessidade do proletariado de superar o bloqueio do reformismo e da direita sindical, a fim de poder encabeçar um movimento anticapitalista e antiimperialista.

As teses sobre a educação são o resultado da intervenção porista neste setor do Brasil. A concepção da educação (da escola) no seio da produção social, serviu de coluna vertebral para a discussão sobre a desintegração da educação como

parte da falência do capitalismo, o que coloca a necessidade de que as massas oprimidas sepultem o sistema de exploração do trabalho.

Com relação aos informes de atividades da direção nacional e das regionais, ressaltou a capacidade de crítica própria de um partido leninista. Síntese: 1) impulsionar a iniciativa da militância através da elaboração coletiva, 2) aperfeiçoar o trabalho de propaganda, agitação e organização, 3) superar o estancamento das publicações, 4) combater o conservadorismo na difusão do 'Massas' etc., 5) amadurecer a capacidade de divergência tática sem bloquear a ação do partido, 6) superar as dificuldades de transformar os contatos em militantes revolucionários, impulsionar a disciplina da militância como consequência da compreensão do programa e da formação de militantes profissionais, de acordo com a concepção leninista.

(extraído do jornal *Massas* boliviano n.º

1701 de 11/02/2000)

O ESTADO E A REVOLUÇÃO (PARTE 04)

O ESTADO, AS FRONTEIRAS NACIONAIS E O IMPERIALISMO.

No último artigo verificamos como o Estado cria um destacamento especial de homens armados na defesa dos interesses das classes dominantes. Por sua vez, este destacamento especial de homens armados só pôde ser criado através da destruição da organização militar anterior, baseada na organização espontânea da população em armas. Esta contradição original desenvolveu e desenvolve-se cada vez mais na sociedade atual (capitalista) e na medida em que aumenta-se o antagonismo de classes.

No mesmo capítulo em que Lênin resgata este conceito, é resgatado outro, também de enorme importância para a política revolucionária:

Citação selecionada por Lênin do livro de Engels "A origem da família, da propriedade privada e do Estado":

"Face a velha organização gentílica (de tribos ou de clãs) o Estado caracteriza-se em primeiro lugar pela divisão dos cidadãos segundo a região." E mais adiante:

"...ele (o poder público) reforça-se, porém na medida em que agudizam-se os antagonismos de classe no seio do Estado e em que os Estados com fronteiras comuns se tornam maiores e mais populosos – olhemos apenas a nossa Europa de hoje, na qual a luta de classes e a concorrência de conquistas fizeram subir o poder público a um plano em que ele ameaçava devorar toda a sociedade e mesmo o Estado..."

Para Lênin, a passagem de Engels acima citada servia para desmascarar a social democracia alemã e a Segunda Internacional. Engels escreveu-a em 1890, na época em que o imperialismo apenas se iniciava. Lênin resgatou-a meses antes da revolução Russa, momento em que ocorria a 1ª Grande Guerra:

Citação de Lênin:

"...Desde então (da época em que Engels redigiu o texto acima), a 'concorrência de conquistas' deu um gigantesco passo em frente, tanto mais que, no começo do segundo decênio

do século XX, o globo terrestre estava definitivamente partilhado entre estes 'conquistadores concorrentes', ou seja, as grandes potências saqueadoras. Os armamentos militares e navais cresceram incrivelmente desde então, e a guerra de rapina de 1914-1917 pela dominação sobre o 'mundo da Inglaterra' ou 'da Alemanha', pela partilha do saque, levou o 'devorar' de todas as forças da sociedade pelo poder de Estado rapace até à beira de uma catástrofe completa."

Entendendo Lênin

Como podemos verificar, a "divisão dos cidadãos segundo a região" está presente na origem da formação da sociedade de classes e do Estado. O capitalismo mantém esta divisão, porém, sob um modo de produção e uma economia que ultrapassava os limites locais e regionais, rompendo as fronteiras nacionais. O imperialismo (última etapa do capitalismo) leva a contradição capitalista até as últimas consequências, estendendo a dominação capitalista por todo o globo e por cima das fronteiras nacionais. A partilha total do globo terrestre (imperialismo) à qual se refere Lênin implica no reconhecimento de que sob o imperialismo está conformada a divisão definitiva entre países opressores e oprimidos e daí o caráter da guerra, 'pela partilha do saque entre os conquistadores concorrentes', no caso, as metrópoles opressoras. Neste momento, os Estados nacionais imperialistas cresceram

enormemente. Civis e, entre civis, um grande número de operários foram recrutados, aumentou-se o aparato militar das burguesias imperialistas e, o 'destacamento especial de homens armados', normalmente apêndice do Estado, tornou-se ainda maior que o próprio Estado. É neste contexto que a social democracia internacional cedeu às pressões do imperialismo e aplicou a política de orientar os partidos sociais democratas a apoiar cada qual sua burguesia.

Nosso comentário

Na atualidade a contradição entre a economia mundial e as relações capitalistas conformadas nas fronteiras nacionais é ainda maior que na época de Lênin. Apesar de presente em quase todos os rincões do planeta, o capital financeiro sempre está vinculado à sua nação de origem e, assim, a disputa se dá entre maior ou menor influência dos Estados nacionais imperialistas no mercado mundial. Esta disputa pelos mercados ocorre de diferentes formas e em diversas gradações. Através da delimitação de zonas de influências (NAFTA, MERCADO COMUM EUROPEU, ETC), da guerra comercial, dos conflitos alfandegários e fiscais, do saque dos países semicoloniais ou até da intervenção bélica (Golfo Pérsico, Iugoslávia, etc.). O Fundamental é que só a revolução proletária internacional poderá derrotar o capitalismo decadente e possibilitar o desenvolvimento futuro da humanidade.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação, escritos por G. Lora, iniciadas no Massas n.º 160.

Como Funciona a Célula O Trabalho Cotidiano da Célula (1ª Parte)

A célula terá reuniões regulares semanais, podendo também realizar outras em caso de emergência. Em períodos de clandestinidade, o local da reunião só será anunciado momentos antes de se iniciar as reuniões. Informa-se os militantes sobre um ponto de encontro e aí se informam para onde deverão se transladar (individualmente, não em pares, tomando transporte coletivo até as imediações, comprovando não estarem sendo seguidos etc.). Para este encontro prévio e para a própria reunião serão limitadas ao mínimo pessoas para desorientar a polícia em caso de necessidade. Esta divisão da célula em grupos limitados será organizada pelo coordenador da célula. Será indicado aos militantes as saídas dos locais, as rotas de ônibus, bem como um plano de fuga em caso de perigo. A regra é salvar a maior quantidade de militantes em caso de uma ação policial. Não devem ser realizadas em locais destinados a impressão e distribuição de materiais propagandísticos. Não se deve esquecer que um militante não fichado constitui-se para o Partido um tesouro sem preço. A célula deve ter um cuidado especial de não queimar alegremente seus membros.

Está terminantemente proibido (tanto nos trabalhos legais como nos clandestinos) comentar o que se tratou nas reuniões de célula fora dela ou de divulgar as resoluções e divergências internas, da mesma forma

não se podem discutir os problemas partidários fora da organização de base. Esta regra ajudará a eliminar radicalmente a política de compadres como recurso político e que nada tem com nossos hábitos revolucionários. O militante tem a obrigação de difundir as idéias e consignas do Partido.

Em épocas de clandestinidade, os militantes estão proibidos de levar anotações, cartas comprometedoras, cadernetas de anotações, publicações do Partido, documentos de identidade etc. essas regras devem ser obedecidas principalmente para as reuniões de célula: O Partido só guardará documentos de discussão teórica ou política e este material deverá ser guardado em lugar seguro e sem suspeitas. Em caso de enfrentamento com a polícia, os elementos que não são identificados como do Partido poderão negar sua ligação. Contudo, a célula deve discutir, tendo em conta as circunstâncias políticas imperantes, a conduta que deve ser seguida nestes casos e dar as instruções pertinentes.

A célula não deve ser substituída pelas chamadas escolas de quadros (na realidade, dão capacitação a elementos novos e simpatizantes) ou pelas plenárias, pois estes isolam o militante da vida coletiva partidária e dos problemas políticos-sindicais. As organizações não celulares dificultam ao extremo a militância e podem terminar reduzindo-a a zero.

A reunião da célula, que não deve durar muitas horas, deve dividir seu tempo para tratar das seguintes questões: 1) balanço do trabalho realizado entre uma reunião e outra, crí-

tica e autocrítica; 2) Problemas da Situação política; 3) Discussão sobre o trabalho da frente, 4) questões partidárias (trabalhos sugeridos pela direção, discussões internas etc.); 5) capacitação teórico-política, em caso de necessidade poderão ser destinadas reuniões especiais para este ponto.

Aparentemente uma reunião parece ser insuficiente para tratar de tantas questões, mas é possível esgotar a pauta se se ordena as discussões e se se aproveitar devidamente todos os minutos, tudo depende da habilidade, experiência e método que empregue o coordenador ao dirigir as discussões.

O tempo da reunião será dividido nos cinco pontos, dando para cada ponto uma duração adequada conforme a necessidade e os documentos apresentados. O responsável apresentará o tema em um informe conciso, mostrando as facetas das discussões. Se determinará que cada orador utilize determinado tempo na primeira inscrição e um menor na segunda depois do qual se votará para adotar uma decisão. Ao final deve ser fixada a pauta para a próxima reunião.

Não se trata de discutir somente os problemas da fábrica, da política do partido etc. mas planificar o trabalho para efetivar as resoluções que se tomem. O balanço do trabalho da célula permitirá assinalar as deficiências na execução, os erros das resoluções e as falhas cometidas pelos militantes na atuação. A crítica deste balanço permite evitar que os erros se repitam no futuro. O balanço é obrigatório e constitui um dos pilares da atividade partidária.

O que foi a “Conferência Mundial Aberta”

A Corrente “O Trabalho”, do PT, fez campanha no Brasil pela realização da Conferência Mundial Aberta. Na segunda semana de fevereiro, a Conferência foi realizada em San Francisco, Estados Unidos. O representante do *Jornal O Trabalho* foi Júlio Turra, também membro da direção da CUT.

O relato apresentado é de elevado ufanismo. A exposição na página 3 do *Jornal O Trabalho*, intitulada “Uma verdadeira Conferência Mundial”, parece mais com as idéias e estilo dos jornais da burocracia sindical, do que de uma imprensa que se pretende revolucionária. Uma das primeiras observações já é sintomática. A descrição da abertura da Conferência começa assim: “À noite, como é tradicional no movimento sindical dos EUA, a seção de abertura é um banquete”.

O tal do banquete esteve enfeitado: “um coral de trabalhadores canta música do movimento operário dos EUA”. Vieram os confetes: “Em seguida são homenageados veteranos do sindicalismo da região da Baía de San Francisco, Ruth Parish, Teeva Olson, Edith Withington, Asher Harer e Jack Henning, este último ausente por estar hospitalizado”. Assim, a apresentação continua expondo o banquete político de burocratas sindicais. E finaliza: “A Conferência se encerra com uma grande confraternização entre os presentes que, mesmo cansados pelo ritmo intenso de trabalho, estampavam em seus rostos a alegria por terem feito parte de um momento histórico da luta internacional dos trabalhadores pela sua emancipação”. A palavra “emancipação” dos trabalhadores é pura força de expressão, pois este não foi o real conteúdo da Conferência.

A declaração aprovada na manhã do dia 14 de fevereiro não deixa margem à dúvida que a Conferência Mun-

dial não passou de uma festividade burocrática, com alguma tintura de esquerda.

Declaração da Conferência não tem nada a ver com a luta pela emancipação dos trabalhadores

A declaração não faz a defesa programática da destruição do sistema de exploração do trabalho. Apregoa limitadas reivindicações econômicas, expressando uma orientação reformista. A defesa dos sindicatos independentes não passa de formalidade. Qualquer burocrata assina embaixo. Em realidade, a Conferência não fez senão reivindicar que os governos burgueses ratifiquem as Convenções da OIT.

A capitulação da Conferência diante da democracia burguesa e, particularmente, na democracia dos países imperialistas está evidente na declaração. Defende a melhoria das condições de vida e de trabalho, direitos e garantias das convenções coletivas, incluindo as Convenções da OIT, para se ter “paz no mundo” e “instauração da democracia”. Está aí uma tese típica da burocracia social-democrata.

Referindo-se aos Estados Unidos, que não estariam dispostos a ratificar as Convenções da OIT, a declaração afirma: “A Conferência Mundial Aberta comunica a todos a questão levantada por um dirigente sindical norte-americano: como pretender um país mostrar a via da democracia para o mundo quando nega, dentro de suas próprias fronteiras, os mais elementares direitos trabalhistas e humanos para amplos setores da população?”. “Os mais elementares direitos trabalhistas e humanos”, segundo os termos da própria declaração, são

negados não por razões não democráticas, mas sim porque a burguesia norte-americana exerce a ditadura de classe através da democracia. Ocorre que a declaração não condena nem mesmo formalmente o capitalismo e o imperialismo. Reivindicar a democracia do poder do Estado, nos Estados Unidos, é capitular perante a burguesia imperialista.

Também chama a atenção o subtítulo da declaração: “É possível reformar a OMC?”. A Organização Mundial do Comércio (OMC) é um organismo das potências imperialistas. Não tem o menor sentido a pergunta se é possível reformá-la. Ocorre que a declaração está voltada a defender um outro organismo do imperialismo, a ONU. Diz: “Quanto aos Estados, aos governos e às próprias nações soberanas, sua independência, frequentemente já apenas formal, seria gravemente ameaçada de desaparecimento desde que a ONU se torne, por sua vez, uma subdivisão do comércio mundial, isto é, do sindicato comum das multinacionais, grandes bancos e das instituições financeiras”.

Vejam só, a Conferência Mundial considera que a existência da ONU é um fator de soberania e independência das nações, mesmo que apenas formal. Inteiramente falso. A ONU é uma cova de bandidos capitalistas, como expressou Lenin. Será que os burocratas da Conferência não reconhecem que a ONU tem sido um instrumento de intervenção bélica dos Estados Unidos e seus aliados no Iraque e outros partes do mundo?

Uma verdadeira conferência mundial revolucionária estaria em total contraposição a todos os instrumentos e instituições da burguesia. Teria como fundamento a estratégia da revolução proletária.

Bolívia

As lições deixadas pelo levante de Cochabamba

A luta pela água fundiu diversas camadas sociais e tendências políticas. A coragem popular e sua generalização cercaram e derrotaram as forças repressivas. Progressivamente, foi-se incorporando o inimigo comum.

Perguntamos, onde estava a direção política?

Situação Revolucionária

A agudização da luta de classes (situação revolucionária) domina o país. Os acontecimentos de Cochabamba tiveram lugar neste marco.

Como era de se esperar, a luta radical dos que combatem por ter acesso a água terminou sintetizando e potenciando o processo de radicalização dos explorados e oprimidos do país. Não há nenhuma dúvida que os companheiros de Cochabamba deram um salto descomunal para se colocarem no ponto mais elevado do iceberg das lutas sociais.

O ocorrido no vale cochabambino

constitui um marco importante no caminho da insurreição; consequência das lutas que se vinham acumulando e força propulsora de outras maiores.

Não se trata de repetição mecânica dos combates anteriores, mas um dos germes do que será a futura guerra libertadora.

Cochabamba é a antecipação da insurreição que já se perfila no horizonte.

Importantes Acontecimentos

Nas jornadas de Cochabamba o que marcou foi os bloqueios de ruas da cidade, os combates que ocorreram, o cerco aos policiais etc.

Este movimento surgiu do seio da multidão, de forma anônima e por isto mostrou formas particulares. O povo perdeu o medo dos policiais e dos soldados do exército, armados até os dentes.

E os dirigentes da insurreição? Com certeza os dirigentes velhos meditavam sobre o que lhes guardaria o destino.

As massas se incorporaram sem dirigentes visíveis, que com certeza existiram. Os que lutaram de forma anônima demonstraram uma capacidade criadora impactante.

As Classes e os Partidos

A ampla massa combatente apareceu por cima de uma clara demarcação de classes e também das diversas correntes políticas.

Apesar disto, o radicalismo, o heroísmo impactante dos combatentes, o ódio enfurecido contra o governo fascista etc., foram indícios de que a política revolucionária penetrou profundamente no seio das massas.

Tudo isto constitui numa antecipação do que será a futura insurreição e cuja vitória nos projetará até a sociedade sem classes, até o comunismo.

(extraído do jornal *Masas* boliviano n.º 1701 de 11/02/2000)

Cochabamba: Indícios de Rebelião de Carabineiros contra o Governo Fascista

O governo narco-gorila se mostra extremamente debilitado por suas fissuras e choques dentro da megacoalição corrupta, pela fragilidade da equipe governante, composta por gangues de delinquentes.

A isto se acrescenta um clima de rebelião contra o oficialismo da polícia e do exército.

Sintetizando: o fascismo está a ponto de ser derrubado

Causas do Acontecido

A mentalidade policial dos donos do poder se sintetiza na afirmação de que tudo o que ocorreu em Cochabamba é obra exclusiva de extremistas, de agitadores e que não pode ser atribuído ao governo antinacional e antipopular.

Não cabe nenhuma dúvida que os marxistas-leninistas-trotskistas estiveram nas ruas lutando (H. Mondaca foi preso e Ulisses ferido por três bombas de gás lacrimogêneo).

Os problemas de Cochabamba se li-
14 — MASSAS — 2ª quinzena de Fevereiro de 2000

gam a aguda crise econômica que esgota o país e na incapacidade e corrupção extrema dos governos nacional e departamental, o que é agravado pelo fato de que os mandarins norte-americanos parecem não se interessar pelo destino de Cochabamba, apesar de o Chapare estar sob sua jurisdição.

Conseguida a Vitória

As massas cantaram vitória nem bem foram retiradas as tropas, congelaram momentaneamente as tarifas de água e houve um acordo para discutir o contrato com a empresa "Águas de Tunari". No dia seguinte os grandões esclareceram que voltariam a discutir o aumento das tarifas e que o acordo sobre o contrato poderia prejudicar os interesses do público. Não desapareceram os golpes e as armadilhas.

O positivo é que o povo, que sabe de sua força, está alerta e pode voltar a lutar. Tal é o resultado deste fato que as massas não saíram golpeadas muito me-

nos derrotadas, pelo contrário, mostram sim sua vontade de seguir lutando. Para o homem da rua a finalidade da luta segue sendo derrotar o governo.

Os policiais repudiam o governo

Para enviar tropas do exército ao Vale Cochabambino (com a ordem de reprimir com energia os camponeses) as autoridades lhes pagaram um bônus de 60% de seus salários.

As policiais da Brigada Protetora da Família foram presas pelo delito de se negarem a reprimir os combatentes e, ao contrário por haver-lhes dado cooperação.

No dia seguinte destes acontecimentos, o país segue agitado e não se cansa de repudiar o fascismo.

Podemos dizer que no futuro já se perfila a revolução vitoriosa, sobretudo porque o POR vem se fortalecendo rapidamente.

(extraído do jornal *Masas* boliviano n.º 1701 de 11/02/2000)

Bolívia

A importância das Obras Completas do dirigente do POR boliviano, Guillermo Lora

O Jornal Massas boliviano anuncia que o volume 47 das Obras Completas foi editado. Está próximo de completar o plano original de 50 volumes, que parece ser insuficiente e que será ampliado. Cada volume consta de 500 páginas. Como se vê, as Obras constituem um acervo extraordinário de análise histórica, conjunturais, posições políticas, elaboração sobre a tática, o programa e polêmicas.

Na atrasada Bolívia, destaca-se um partido com alta capacidade de elaboração marxista, graças à assimilação das experiências internacionais do movimento revolucionário e à inserção do partido na vida do país.

O POR tem em sua trajetória a mais fiel identidade com o marxismo, leninismo, trotskismo. Esse percurso tem sido possível porque não faz do marxismo uma cópia mecânica para a Bolívia, pelo contrário o aplica como método revelador das leis da história e da revolução social. Trata-se de um importante conjunto de posições do proletariado, que ultrapassa as fronteiras do pequeno país andino. Isso explica a influência de suas posições e de suas lições revolucionárias sobre a vanguarda de outros países, como aqui no Brasil, que luta para pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista (IV Internacional). Explica, também, o ódio de correntes peque-

no-burguesas, que não conseguem superar sua condição originária de seitas ou de centristas orgânicos.

Um dos ataques ao POR boliviano diz respeito à sua política militar. No volume 43, que contém escritos de 1982 a 1983, está publicado um folheto chamado "A insurreição". Folheto que os detratadores do POR ou desconhecem ou fingem não conhecer. Em qualquer das hipóteses, estamos diante ou da ignorância, bastante arraigada na esquerda brasileira, ou da má fé.

Dado o limite do Jornal, vamos editar em duas partes o capítulo III, página 209, chamado "armamento, exército e insurreição".

Armamento, exército e insurreição

Parte I

"As massas colocadas em pé de combate têm necessariamente de aprender a se armar, organizar-se para choques armados, pois terão de desbaratar a ação repressiva das organizações de tipo fascista, estruturadas pela classe dominante através de seus serviços de inteligência. São os primeiros núcleos que logo participarão na luta direta pelo poder. Trata-se de um armamento precário, caseiro, fabricado em base dos materiais que os operários usam todos os dias, produto do engenho mais que da posse de grandes recursos tecnológicos, cujo desenvolvimento é impulsionado pela necessidade de pôr a salvo a integridade física das organizações de massa e do próprio partido revolucionário. Na Bolívia, o trotskismo faz anos que vem ensinando essa prática e os explorados têm dado provas suficientes de ter assimilado as lições. As 'Teses de Pulacayo' sustentam acertadamente que nesta questão o fundamental está em que os explorados cheguem ao convencimento político de que devem se armar para combater eficazmente contra a opressão

burguesa. Os trabalhadores, particularmente os mineiros, contaram em várias oportunidades com importantes arsenais em suas organizações sindicais. E foram outras tantas vezes desarmados, seja na luta ou como consequência do trabalho traidor da burocracia sindical. Estas lições da história se incorporam como parte do arsenal da nova classe operária que está chamada a tomar o poder, como caminho que conduz à verdadeira libertação dos explorados e oprimidos.

Seria ingênuo pretender derrotar o exército da burguesia totalmente intacto com armamento tão primário. É claro que o minucioso conhecimento do meio geográfico e a extraordinária imaginação e heroísmo dos combatentes podem permitir sustentar a guerra irregular (guerra de guerrilha) por muito tempo, na condição de que se trate da ação armada das massas. A transcendência dessa atividade está em que lancem as bases para a futura luta insurrecional e para o novo exército da revolução. O partido impulsionará o armamento das massas (claro que se trata dos núcleos de vanguarda des-

tas), ao mesmo tempo que procederá a organização de seus próprios piquetes de choque e segurança. As milícias armadas de operários e camponeses tradicionalmente pertenceram aos sindicatos e estiveram concentradas neles; é aconselhável manter essa tradição, tendo cuidado de lutar com toda energia contra o perigo de sua possível degeneração burocrática ou política.

Essa criatura da burguesia que é o exército e que de nenhuma maneira permanece alheia à luta de classes e que melhor a reflete e ocupa um determinado lugar dentro dela, não pode menos que suportar a descomunal pressão exercida sobre ele pelas massas mobilizadas e radicalizadas. O país todo se divide entre os que lutam contra a miséria e a opressão e a pequena minoria empenhada em salvar seus odiosos privilégios. É natural que a alta hierarquia castrense, as camadas uniformizadas superiores e os elementos ideologicamente ganhos pela prédica totalitária e filo-fascista do imperialismo se soldem mais do que nunca com a moribunda burguesia, que se empenham por encontrar os meios para a sua sobrevivência. Estes elementos gri-

tam contra a democracia e as garantias constitucionais, que tão ligeira e irresponsavelmente as identificam nada menos que com o comunismo e aspiram concentrar em suas mãos o aparato estatal, para desde o cume impor a bala o silêncio sepucral aos explorados.

Mas, a ampla base social das Forças Armadas, composta por soldados, sargentos, suboficiais e jovens oficiais, tão estreitamente vinculados ao proletariado, aos setores empobrecidos da classe média e mesmo ao campesinato, convertem-se em canal através do qual chega a influência dos alçados até os seios da instituição que concentra a capacidade

compulsiva do Estado. Este amplo setor de uniformizados pode e deve ser ganho para as posições revolucionárias, o que se converte em um dos pré-requisitos que pode tornar possível a vitória da insurreição.

Se as massas elementarmente armadas não podem derrotar um exército ideologicamente intacto na batalha formal, podem derrotar a burguesia e seu governo com ajuda de seus próprios piquetes armados e através da mobilização dos setores do exército que passaram às trincheiras revolucionárias. Não pode haver a menor dúvida de que na base desse processo se encontram a mobilização e a

radicalização das massas exploradas. As Forças Armadas foram estruturadas para proteger a grande propriedade privada da ameaça do proletariado e dos famintos, precisamente; entretanto, em determinado momento as possíveis vítimas podem agir vigorosamente sobre seus possíveis verdugos e ganhá-los para sua causa, esse fato é convertido, pelo desenvolvimento dos acontecimentos, nos fatos de maior transcendência para a própria existência do país. O que poderia esperar que fosse unicamente pressão física se transforma em pressão ideológica e política, expressa cabalmente pelo partido revolucionário".

Pinochet

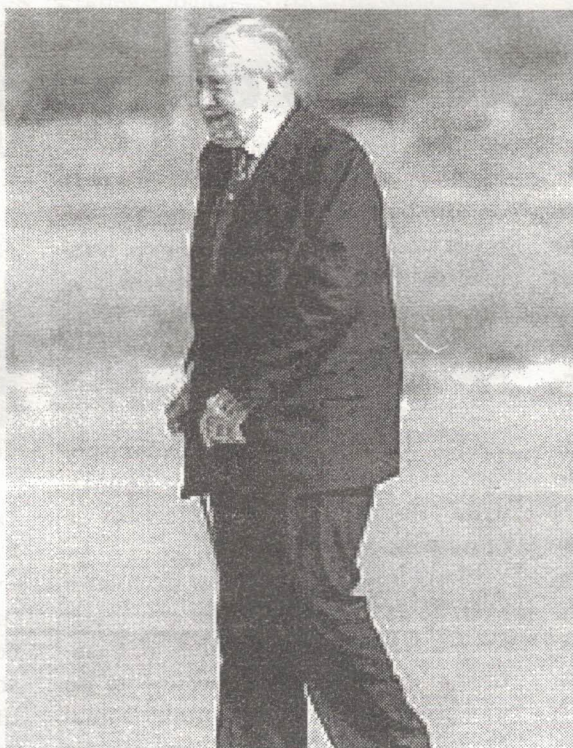
Somente a classe operária mobilizada contra o governo chileno, sua burguesia e o imperialismo pode punir Pinochet

A farsa de que a burguesia européia tinha intenção de julgar e condenar o general Augusto Pinochet chegou ao fim. A novela jurídica durou um ano e meio. O governo inglês negou a sua extradição para a Espanha e outros países, como Suíça, França e Bélgica.

O governo chileno reclamou a libertação de Pinochet em nome da soberania do país. Apoiou-se no fato do general ter sido aprisionado por um país imperialista, responsável por grandes massacres na história. A defesa da soberania veio no sentido de liberar Pinochet e pôr fim às manifestações favoráveis à sua condenação.

O desfecho do conflito era previsível. Somente o proletariado chileno, com o apoio do proletariado internacional e do movimento democrático da pequena burguesia anti-Pinochet, poderia e poderá condenar o ex-ditador. Mas, como dissemos anteriormente, o problema não se resume a um homem. A contra-revolução de Pinochet, que resultou em morticídio de militantes, ativistas e trabalhadores, expressou a ação reacionária da burguesia chilena e do imperialismo.

A luta pela condenação de Pinochet só



Pinochet desembarca no Chile, e caminha normalmente: uma cusparada sobre todos.

tem sentido como parte do combate do proletariado chileno pela derrubada da burguesia e das forças contra-revolucionárias que a expressam. Enquanto o proletariado chileno não construir o partido revolucionário e emancipar os sindicatos da influência estatal e da política estalinista o ajuste de contas histórico

com a burguesia chilena e o imperialismo não será possível.

Declaração típica do estalinismo

Assim que o governo britânico determinou a libertação de Pinochet, a candidata à Presidência do Chile pelo Partido Comunista, Gladys Marín, reivindicou: "Peço aos governos europeus, com os quais o governo chileno se comprometeu a que haja verdade e justiça, que exija a este governo que cumpra o que prometeu". Está aí a identidade do estalinismo. Recorre à autoridade da burguesia imperialista européia para que esta a use para pressionar o governo chileno a fazer "justiça".

O Partido Comunista chileno mostra não ter nenhum laço com o proletariado. Deposita no governo burguês chileno e na burguesia imperialista a tarefa de punir o ditador, como se este não fosse a expressão política da classe burguesa nacional e internacional.

A história do estalinismo está manchada com o sangue da vanguarda revolucionária do Partido Bolchevique. Não serão os estalinistas a lutarem pela verdade e justiça..